À beira do colapso, Fundação Zerbini divide-se em duas

Ana Maria Barbour
Jornalista

Daniel Garcia

Pacientes do SUS na frente do prédio do InCor, em São Paulo

A crise financeira gerada pela impossibilidade de quitar o empréstimo tomado ao BNDES em 1997, para construção do "Bloco 2" do Instituto do Coração (InCor), ganhou novos contornos em fins de 2006. A Fundação Zerbini precisou demitir funcionários, terá de reduzir os "super-salários" complementares que paga e vai cindir-se em duas entidades ou estruturas, uma delas exclusivamente voltada para o InCor. O socorro do governo estadual para saldar o débito com o BNDES finalmente chegou, mas a fundação deve explicações ao Ministério Público e à Polícia Federal

Quase um ano depois que seu principal dirigente, o professor José Franchini Ramires, foi destituído — fato inédito — da direção do Instituto do Coração (InCor) do Hospital das Clínicas (HC) da Faculdade de Medicina da USP, a Fundação Zerbini (FZ) viu-se envolvida novamente em noticiário negativo. Veio a público, em novembro de 2006, que estava atrasado o pagamento da complementação salarial de 3.000 funcionários do InCor. A dívida total da FZ, soube-se então, beirava os R$ 250 milhões. Seus dirigentes fizeram os apelos de praxe aos governos federal e estadual. Um grande jornal passou a apresentar a fundação como "mantenedora do InCor". O presidente Lula prometeu ajuda, "em 48 horas". Então, surgem mais notícias. Aliás, más notícias.

O Ministério Público do Distrito Federal (MP-DF) apareceu para dizer que as contas da FZ, nos seus negócios com o setor público em Brasília (InCor-DF e Programa Família Saudável), apresentavam graves ilicitudes. Suas atividades tornaram-se objeto de investigação pela Polícia Federal. Em São Paulo, o Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação ao governo federal para que não liberasse verbas para a fundação. De tal modo que os ministros da Saúde e da Fazenda, encarregados de providenciar o auxílio prometido por Lula, pareceram ensair um recuo.

Nada disso inibiu o *lobby* da FZ por uma solução governamental para a sua principal dívida, hoje próxima de R$ 120 milhões, contraída em 1997 com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a finalidade de construir o chamado "Bloco 2" do InCor. Por fim, a posse de José Serra (PSDB) no governo do Estado e a boa vontade do BNDES resolveram o problema. Passando uma borracha nas declarações da gestão de seu antecessor Cláudio Lembo, Serra dispôs-se a encampar a dívida da FZ (**vide p. 90**).

Do ponto de vista estrutural, a FZ já vinha adotando medidas agora apresentadas pelo governador como exigências para cobrir o

Daniel Garcia

empréstimo do banco estatal. Para driblar o problema do excesso de atividades com as quais se envolveu, a FZ resolveu dividir-se em duas, isto é: criar uma segunda fundação somente para gerenciar o InCor-DF, que é deficitário, e outras unidades problemáticas. Mesmo antes da instituição formal da nova entidade, os setores administrativo e financeiro das duas estruturas já vêm trabalhando separadamente.

Além disso, a FZ demitiu cerca de 30 funcionários administrativos no final de 2006. Ela vinha pagando complementações salariais que variavam de 60% a 100% da remuneração dos funcionários do InCor. Tem também 1.600 funcionários próprios. Com a crise, 908 funcionários da fundação passaram para a folha de pagamento do Hospital das Clínicas já em 2006. Em março de 2007, foram demitidos 1.148 funcionários de 14 unidades básicas de saúde da capital paulista geridas pela fundação, o que provocou protestos de rua desses trabalhadores (a Prefeitura anunciou que seriam readmitidos).

O professor Giovanni Cerri, ex-diretor da Faculdade de Medicina e ex-presidente do Conselho Deliberativo do HC, declarou à *Revista Adusp* que desde a saída de Ramires da presidência do Conselho Curador muitas alterações ocorreram. "Mudou todo o conselho diretor da fundação. Agora, as ações estão sendo direcionadas ao objetivo correto que é o de apoiar o InCor. Com isso a dívida está sendo equacionada, apesar de a fundação encontrar-se em uma situação financeira ainda muito complicada", informou ele.

A proposta da direção do InCor e da FZ de reduzir o atendimento aos pacientes do SUS e aumentar o fluxo da chamada "segunda porta" recebeu o apoio de Airton Grazzioli, promotor de fundações

A direção do InCor e da fundação propôs mais de uma vez, como uma das soluções para a crise, o aumento do número de atendimentos de pacientes particulares e de convênios, em detrimento dos atendimentos de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Em declaração a *O Estado de S.Paulo*, o presidente do InCor, professor Jorge Kalil Filho, chegou a dizer que "talvez tenha sido uma opção romântica continuar com o atendimento público" no InCor.

A proposta de redução do atendimento aos pacientes do SUS recebeu o apoio do promotor de

fundações, Airton Grazzioli. Ao mesmo tempo, apesar de admitir que o "tamanho da dívida já seria suficiente para a Zerbini precisar de intervenção", Grazzioli alegou que não pode intervir, pois o caso envolve pacientes do SUS (*O Estado de S. Paulo*, 9/11/06). Atualmente, 50% do orçamento do InCor provêm de repasses do governo estadual, 25% de recursos do SUS e 25% correspondem a receitas geradas por convênios com planos médicos e por pacientes particulares.

A situação da FZ agravou-se, entre 2001 e 2006, pela abertura de novas "unidades de negócios" e envolvimento em programas sem relação com o InCor, como a "Agência Zerbini de Desenvolvimento Social", quando a entidade já se encontrava profundamente endividada (*Revista Adusp* 36, p. 93).

Maria Sylvia Zanella di Pietro, professora titular aposentada de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da USP, considera que a FZ não escapa de ter de responder pela crise, mas acredita que o governo estadual também tem de se pronunciar sobre o fato de ter deixado a situação se agravar tanto: "O Estado permite a presença da fundação porque defende a eficiência na administração via entidade privada, mas o dinheiro conseguido com o SUS, atendimentos particulares e de convênios é usado principalmente para complementar salários de funcionários da fundação, ou seja, deles mesmos", afirma ela.

Maria Sylvia vê essa prática como uma forma clara de enriquecimento às custas do dinheiro público. Ela lembra que, apesar de a fundação administrar um patrimônio público, também presta serviços remunerados "Então ela tem um patrimônio", diz. Efetivamente, uma das revelações que a crise propiciou foi o fato de que a FZ

O Ministério Público Federal recomendou que o InCor cumpra a regra constitucional que não permite o atendimento preferencial a pacientes de planos de saúde e particulares, passando a utilizar fila única de internações e cirurgias

VERBA DO SUS PO

O professor David Uip, novo "homem forte" do InCor e da Fundação Zerbini, concedeu uma entrevista à *Revista Adusp* em novembro de 2006, no pico da crise de caixa da entidade privada. Na ocasião, Uip admitiu a hipótese de utilização de verbas do SUS em transações anteriores: "Não sabemos se o dinheiro usado nas transações da Zerbini também era dinheiro público".

Revista Adusp - O HC assumiu o contrato de 908 funcionários da FZ sem concurso público?

David Uip - Foram feitos diversos concursos públicos. Com enormes dificuldades, mas foram feitos. Houve até problemas, pois algumas pessoas não passaram e tiveram de ser dispensadas.

Revista Adusp - O HC ainda vai incorporar o pagamento de mais 700 funcionários da fundação?

David Uip - Isso não está definido, mas queremos que ocorra

Revista Adusp - O senhor não acha que está havendo uma esta-

DE TER SIDO USADA PARA PAGAR DÍVIDAS DA FUNDAÇÃO

Ana Maria Barbour
Jornalista

tização da dívida? Precisamos lembrar que a fundação participa de diversos outros projetos que nada têm a ver com o InCor.

David Uip - Vejo de outra forma. Houve um equívoco anterior que foi construir um prédio, equipá-lo e contratar 1.500 pessoas para trabalhar nele. Sobre os outros projetos com os quais a FZ se envolveu eu não tenho nada para dizer. Falo somente sobre o prédio do InCor 2, que deveria ter sido feito pelo Estado. Agora as coisas estão voltando à ordem.

Revista Adusp - Vocês sabem dizer se foi usado dinheiro SUS nessas transações da fundação, por exemplo no envio de R$ 36 milhões ao InCor de Brasília?

David Uip - Não sabemos se o dinheiro usado nas transações da Zerbini também era dinheiro público. Não tive acesso a essas contas.

Revista Adusp - E a taxa de 6% sobre o faturamento que a Fundação Zerbini cobra sobre o faturamento do InCor?

David Uip - Que taxa? Isso não existe, como assim, administrar verba e cobrar taxa? Não tenho informação sobre isso.

Revista Adusp - Alguma vez o Estado se comprometeu a pagar a dívida do bloco II. Mesmo antes da construção, houve algum acordo?

David Uip - Existem duas versões: uma de que o Mário Covas, governador na época, prometeu dar o dinheiro de volta e não deu. Assim continuou na gestão subseqüente. A outra é de que a FZ não foi atrás do dinheiro. Eu fico com a segunda opção, pois conheci o Mário Covas e ele honrava seus compromissos.

Revista Adusp - Existe a possibilidade de o InCor aumentar os atendimentos para particulares para que assim possa aumentar a receita da fundação?

David Uip - Sim, é isso que quero e estou indo atrás, estou liderando isso. Na verdade vou tentar fazer melhorar para mantermos o número de atendimentos do SUS como está e aumentar o de particulares e convênios.

Revista Adusp - Mas se vocês constataram má gestão do dinheiro, a população é que vai pagar por isso?

David Uip - Quando assumi o cargo, pedi uma auditoria. Uma coisa são escolhas erradas, outra é improbidade administrativa. Até o momento, não temos problemas sobre improbidade. Foram más escolhas.

Revista Adusp - Existe uma outra fundação em formação?

David Uip - Existe uma separação financeira e administrativa. Estamos estudando a possibilidade de criar uma outra entidade. Atualmente a Fundação Zerbini está responsável somente pelo InCor e pelo Centro de Educação e Treinamento do HC.

Revista Adusp - E a dívida, vai ficar com qual fundação?

David Uip - A FZ vai ficar com o passivo que é dela. A dívida de R$ 36 milhões, do InCor Brasília, já estamos indo atrás para não ficarmos com ela.

paga altíssimos salários, a ponto de que uma das exigências anunciadas por Serra para selar o acordo com o BNDES seja a fixação de um teto salarial na fundação que não exceda o valor dos vencimentos do governador, hoje de R$ 14.800.

O governo federal também tem irrigado os cofres da fundação. De acordo com os Sistemas Integrados de Acompanhamento Financeiro (Siaf), entre 2003 e 2006 a FZ foi a nona entidade a receber mais verba do Governo Federal, somando um montante de R$ 108.143.698,94. Em 2003, a União investiu R$ 23 milhões para apoiar a instalação do "pos-

"Crise é da fundação, não do InCor", dizia Saúde

No final de 2006, a Secretaria de Estado da Saúde negou qualquer responsabilidade do governo estadual na atual crise da Fundação Zerbini. Perguntas e respostas foram trocadas por correio eletrônico:

Revista Adusp - A Secretaria da Saúde aceita a versão da Fundação Zerbini de que o Estado é responsável pela dívida contraída pela entidade no BNDES, uma vez que a construção do Bloco 2 teria sido um pedido do então governador Mário Covas?

SES - Não houve esse pedido do então governador Mário Covas. A fundação teve a idéia de construir o chamado Bloco 2 e o governador acreditou ser uma boa idéia, mas deixou claro que o dinheiro não viria do governo estadual.

Revista Adusp - A Secretaria da Saúde concorda com a prática da Fundação Zerbini de complementar salários de funcionários estaduais? Quais são as implicações legais dessa prática?

SES - Essa prática foi lançada há 25 anos e usada com sucesso. É usada, ainda, por outros hospitais de excelência no Brasil, como o Hospital das Clínicas de São Paulo, no qual o apoio é da Fundação Faculdade de Medicina da USP [*sic*].

Revista Adusp - O que levou o governo estadual a permitir que uma fundação privada administrasse um hospital público?

SES - A decisão de contar com o apoio de uma fundação privada foi tomada há mais de duas décadas por professores da USP que iriam trabalhar no Incor.

Revista Adusp - Por que o governo estadual não interveio?

SES - Porque a dívida é de uma entidade privada e não cabe ao governo intervir nesse caso. Jamais o atendimento à população foi prejudicado. É preciso deixar bem claro que a situação de crise é da Fundação, não do Incor. A Fundação *apóia* o Incor.

to avançado" do InCor em Brasília, ou seja, o InCor-DF. Em maio de 2006, a Câmara dos Deputados destinou R$ 4,7 milhões como "contribuição para atender as despesas de custeio necessárias à continuidade da implantação de uma unidade do Incor em Brasília", segundo pesquisa da ong Contas Abertas.

Em São Paulo, o MPF expediu, em novembro, uma recomendação aos secretários executivos dos ministérios da Saúde, Jarbas Barbosa da Silva Junior e da Fazenda, Bernard Appy, para que não autorizassem o repasse de novos recursos públicos à FZ, por entender que antes deveriam ser realizadas auditorias no InCor e na fundação. O MPF recomendou que o InCor cumpra a regra constitucional que não permite o atendimento preferencial a pacientes de planos de saúde e particulares, passando a utilizar fila única de internações e cirurgias que inclua pacientes do sistema público e da iniciativa privada.

Como forma de diminuir a participação da FZ no gerenciamento do InCor, o governo de São Paulo elaborou, ainda na gestão Lembo, projeto de lei para que o HC passe de autarquia estadual a autarquia de regime especial. Com a mudança, o HC terá liberdade para contratar funcionários e determinar salários. Atualmente, para contratar o hospital precisa da autorização da Secretaria de Estado da Saúde. O mesmo projeto cria 675 cargos no InCor.

Daniel Garcia

Professor José Ramires, ex-diretor do InCor

No dia 28 de novembro, começou na fundação uma auditoria externa que investigou a gestão do professor José Franchini Ramires. Ele perdeu o cargo de presidente do InCor por decisão do Conselho Deliberativo do HC (ao qual está, ou deveria estar, subordinado o instituto). Ramires recorreu da decisão e rapidamente obteve uma liminar da 7ª Vara da Fazenda Pública que assegurou sua permanência no cargo.

Depois de ser novamente removido da presidência do InCor, por meio de um mandado de segurança impetrado pela direção do HC no início de março de 2006, pedindo ao Tribunal de Justiça (TJ-SP) que suspendesse a liminar, Ramires ingressou com um agravo regimental, mas foi novamente derrotado no início de maio. Ele ingressou então com uma Apelação com Revisão que também foi indeferida pelo TJ-SP. Seu advogado, Paulo Bonadies, recorreu então ao Superior Tribunal de Justiça, que rejeitou o pedido.

Por ocasião da destituição de Ramires, em dezembro de 2005, a Promotoria de Fundações da Capital recebeu uma representação contra ele, em que foi acusado de, entre outras irregularidades, ter "feito uso, às custas do dinheiro da fundação de segurança particular, pagamento de assessoria e empréstimos pessoais". Segundo o atual promotor de fundações, Airton Grazzioli, o processo contra Ramires foi arquivado em 30 de maio de 2006, pois nenhuma irregularidade foi comprovada.

Hoje, Giovanni Cerri, um dos principais oponentes de Ramires, nega que tenha feito acusações de desvio de verbas. Do outro lado, Ramires insinua que poderá exigir uma reparação. O ex-presidente do InCor afirma ter sofrido um ato "nazista, totalitário" por parte da direção do HC. "É uma briga pessoal e para me atingir, jogaram o nome do InCor na imprensa, com falácias e mentiras".

Segundo Cerri, o Conselho Deliberativo do HC tem autonomia e legitimidade para destituir alguém que não esteja correspondendo e agindo de acordo com as designações propostas pela fundação. Cerri, que ficou sabendo do arquivamento pela *Revista Adusp*, revelou haver conversado com Grazzioli e que ambos já consideravam o caso encerrado quando da derrota de Ramires no TJ-SP. Ou seja: ao que parece, tanto a Promotoria quanto o HC e Ramires preferem esquecer os fatos passados.

Com a vitória do professor Marcos Boulos (um forte aliado de Cerri) nas eleições para a direção da Faculdade de Medicina, a volta de Ramires por vias políticas ao cargo de presidente do InCor tornou-se uma remotíssima possibilidade, já que o professor Milton Arruda Sampaio, seu aliado, foi um dos derrotados na disputa.

O InCor do Distrito Federal (InCor-DF), foi projetado em 2000 e viabilizado por um convênio entre Senado, Câmara e FZ. Sua inauguração ocorreu apenas em novembro de 2004, depois de um investimento que pode ter chegado a R$ 200 milhões. Segundo a assessoria de imprensa do hospital, o InCor-DF só conseguiu dar início plenamente às suas atividades em fevereiro de 2006, quando foi assinado convênio relativo ao SUS.

Porém, de acordo com José Maria Freire, chefe de gabinete da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, o convênio do hospital com o SUS só foi celebrado em junho de

Serra salva a fundação com dinheiro público

Rafael Silvestre
Jornalista

No final de fevereiro de 2007, o governador José Serra anunciou que o governo estadual assumirá a dívida da Fundação Zerbini com o BNDES, que em 2003, quando foi refinanciada, já era de R$ 115 milhões. De lá para cá, a fundação, em crise financeira, não honrou o que foi repactuado. Vale lembrar que o BNDES refinanciou a dívida até 2014, oferecendo melhores condições do que as originais (*Revista Adusp* 36, p. 90-91).

A proposta de que o governo de São Paulo assumisse a dívida, como pressuposto para um novo acordo de refinanciamento, partiu da presidência do BNDES. Serra teria exigido, em contrapartida, que a FZ acatasse uma série de exigências: 1) a recomposição da direção da entidade; 2) acúmulo de cargos de presidente do InCor e presidente da fundação (ou do Conselho Curador), cabendo ao médico David Uip exercer ambas as posições; 3) abandono do InCor-DF, que teria de passar às mãos de outra entidade; 4) corte de 70% no quadro de funcionários; 5) fixação de um teto salarial (cerca de R$ 14 mil).

Segundo a Secretaria de Estado de Saúde, o acordo de pagamento da dívida pelo governo acontecerá se o valor de refinanciamento for menor do que hoje é devido. Outra cláusula para que o governo assuma o débito é o prazo de pagamento, que teria de ser ainda mais longo.

A assessoria de imprensa do BNDES informou à *Revista Adusp* que a instituição ofereceu várias alternativas, sem esclarecer quais. Para o banco, o importante é que o governo se mostrou interessado em negociar a dívida. O BNDES não quis detalhar quais seriam as garantias, as justificativas nem as condições para o novo refinanciamento.

A Secretaria de Saúde informou à reportagem, antes de Serra declarar que assumiria a dívida perante o BNDES, que "não será trocada a diretoria da fundação porque há confiança na parceria". Até fins de 2006, o governo da coalizão PSDB-PFL preferiu manter distância da crise. O então governador, Cláudio Lembo (PFL), negou ajuda enfaticamente, lembrando que se trata de uma entidade privada que tem de responder pelos seus atos.

O atual secretário de Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata, ocupava o mesmo cargo na gestão anterior. Consultada à época pela *Revista Adusp*, sua assessoria de imprensa declarou: "A fundação não tem ligação com o governo do Estado. Ela apóia um hospital estadual. Não cabe ao Estado fazer algo para salvar uma entidade privada".

Uma vez noticiada a disposição do governo Serra de encampar a dívida da FZ, a reportagem tentou saber se Barradas mudara de opinião ou se fora enquadrado pelo governador. Entretanto, a assessoria informou que sua agenda estava cheia e que as "informações mais importantes foram dadas".

Em 2006, a FZ teve um orçamento de R$ 310,7 milhões. Desse valor, quase R$ 200 milhões foram injetados pelo governo estadual. A entrada de Serra na crise é um paradoxo. Os vetos de Lembo (a pedido de Serra) à ampliação de gastos com educação, saúde, segurança pública e outros na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2007) foram, como era previsível, mantidos pelo governador ao fazer sua base parlamentar aprovar a Lei Orçamentária (LOA-2007). Enquanto proíbe investimentos de indiscutível impacto social, Serra abre os cofres do Estado para salvar uma fundação privada em colapso.

Por outro lado, não há a menor garantia de que a FZ, mesmo com a ajuda governamental, consiga desvencilhar-se dos outros credores e vencer a crise. Em 2004, sua dívida com oito bancos privados e estatais, sem contar o BNDES, já era superior a R$ 63 milhões. A dívida total sem o BNDES, que inclui fornecedores que estão sem receber, beira os R$ 130 milhões.

2006. O contrato tem valor mensal estimado de R$ 800 mil. O InCor-DF tem 80% de suas vagas destinadas ao SUS e 20% a pacientes de planos de saúde e particulares.

Integrado ao Hospital das Forças Armadas do Distrito Federal, o InCor-DF tem capacidade anual para atender 96 mil pacientes. Mas, de acordo com a assessoria de imprensa do hospital, entre novembro de 2004 e fevereiro de 2006 foram realizados apenas 57.134 procedimentos, todos particulares ou por convênio com planos de saúde privados, pois o convênio com o SUS ainda não tinha sido assinado. O InCor-DF responde por R$ 36 milhões da dívida total da Fundação Zerbini.

A investigação aberta pela Polícia Federal em Brasília, a pedido do MPF, tem como ponto de partida denúncias de que para se construir o InCor-DF ocorreu uma demolição, sem necessidade, de parte do Hospital das Forças Armadas. De acordo com o MPF, também teriam ocorrido abusos na compra de material hospitalar importado. Equipamentos cujo preço era de US$ 250 mil foram adquiridos por US$ 882 mil.

No Tribunal de Contas da União (TCU) já há um acórdão, de 2003, que arquiva uma investigação motivada pela alteração do projeto básico de construção do InCor-DF. O TCU acolheu as justificativas apresentadas pela FZ. Ainda no tribunal correm, desde 2005, dois processos envolvendo a fundação em situações problemáticas. Um deles também está relacionado a irregularidades na obra. O outro diz respeito a omissão e irregularidades na prestação de contas de recursos do SUS, transferidos à FZ, em 2003 e 2004, pela Secretaria de Estado da Saúde no Distrito Federal, por meio do Programa Família Saudável.

Uma auditoria conjunta do Ministério da Saúde, Secretaria da Saúde e MP-DF detectou graves problemas em relação a R$ 22 milhões, de um total de R$ 110 milhões repassados à fundação entre 2003 e 2006 para o "Família Saudável"

Entre 2003 e 2006, o governo do Distrito Federal (GDF) repassou R$ 109,8 milhões à fundação para realizar o Programa Família Saudável. Entretanto, uma auditoria do Ministério da Saúde, Secretaria da Saúde e MP-DF detectou problemas graves em relação a R$ 22 milhões desse total, havendo constatado a falta de comprovação de despesas no montante de R$ 8,6 milhões, gastos considerados superfaturados ou praticados com má fé, processos licitatórios com irregularidades e contratação de funcionários sem concurso público.

A FZ afirmou, em nota oficial, que iria esclarecer rapidamente as informações divulgadas pelo MP-DF. Sobre as contratações sem concurso público, a entidade diz que a informação "é totalmente falsa". O promotor Jairo Bisol, que apura o caso, denunciou que representantes da fundação foram à sede do MP-DF para constrangê-lo e pediram uma reunião com o procurador-geral com a intenção de reclamar do seu comportamento. "Eles só se defendem em relação aos concursos públicos. Eles não prestaram contas dos R$ 8 milhões. Onde está esse dinheiro? Também não justificaram os preços absurdos que praticam", declarou Bisol, que elabora uma ação para exigir que a FZ devolva R$ 22 milhões aos cofres do GDF.